

## A Dimensão Externa da Política Comunitária para a Energia

A Comissão Europeia apresentou uma Comunicação [[COM\(2011\) 539 final](#)] que visa promover uma dimensão externa comunitária para a energia. O documento, emitido em Setembro último, está em apreciação na Comissão ITRE, devendo ser votado pelo Parlamento Europeu este mês.

A abordagem desta matéria é justificada por razões de segurança de abastecimento do espaço comunitário, bem como pelo facto de o quadro regulamentar da UE ter consequências importantes para os países parceiros, nomeadamente em matéria de acesso à rede e de concorrência.

A Comissão defende o estabelecimento de um mecanismo que confira maior transparência e proporcione o intercâmbio de informações sobre os acordos bilaterais dos Estados-Membros com países terceiros, proposta que foi recebida com reticências por alguns operadores, na medida em que pareceria implicar o envolvimento da Comissão nas negociações comerciais. No entanto, a Comissão também propõe a participação da indústria da energia nos diálogos da UE com países relevante para a segurança energética, sugerindo mesmo a criação de um Grupo Estratégico de Cooperação Internacional para este efeito.

A Comunicação nota que certos projectos de cooperação com países terceiros podem beneficiar da existência de acordos negociados a nível da UE, dando como exemplos: o Corredor Meridional e o Corredor Oriental para diversificação das fontes e vias de aprovisionamento de gás e petróleo; o Plano Solar do Mediterrâneo para as renováveis; e os programas de cooperação para o desenvolvimento de tecnologias hipocarbónicas e de eficiência energética. A negociação destes acordos abrangeria os grandes consumidores, em particular os EUA e o Japão, mas também a China, Índia, Brasil e África do Sul (refira-se que um acordo de cooperação no domínio da regulamentação, da I&D e da mobilidade dos investigadores já existe no âmbito do Conselho da Energia UE-EUA).

Com uma óbvia preocupação estratégica, a Comissão pretende ainda propor uma iniciativa trilateral, com o Japão e os Estados Unidos, para desenvolver a investigação de materiais críticos para aplicações no domínio da energia, em particular em áreas que constituem grande desafio tecnológico, como seja a substituição das terras raras.

Na dimensão multilateral, a Comissão quer promover o alargamento do âmbito geográfico da Carta da Energia, que deve voltar a centrar a sua actividade no seu mandato fundamental (comércio, o trânsito e o investimento), e prolongar o Tratado da Comunidade da Energia para além de 2016. Em matéria de risco físico, pretende participar na regulamentação da segurança do uso da energia nuclear e da exploração petrolífera, que os graves acidentes ainda recentes tornam necessária.

Finalmente, é perspectivado o apoio aos países menos desenvolvidos, para que alcancem um aprovisionamento sustentável e as suas populações tenham acesso aos serviços de energia, designadamente no âmbito da Parceria UE-África, conforme acordado pela UE e pelos ministros africanos em Viena, em Setembro de 2010.

## Próximo Seminário APE Liberalização dos Mercados de Gás Natural e Electricidade

Realiza-se, no próximo dia 10 de Julho, no Centro Cultural de Belém, em Lisboa, o Seminário “Liberalização dos Mercados de Gás Natural e Electricidade”, promovido pela Associação.

Com a liberalização dos mercados do gás natural e da electricidade, que se completa em breve com a extinção das tarifas reguladas, o pequeno consumidor fica com a possibilidade, e obrigação, de escolha do fornecedor. Isto implica uma mudança cultural que deve ser adequadamente preparada, nomeadamente, a nível da informação.

Por outro lado, para que seja efectiva a possibilidade de escolha de fornecedor pelo cliente final, tem de existir concorrência ao nível dos mercados grossistas, sendo necessários mercados organizados que tenham suficiente liquidez e ofereçam instrumentos de negociação adequados.

Encontrando-se já os comercializadores de electricidade a actuar num mercado regional, através do Mibel, requere-se que a regulamentação e a regulação nos dois Países estejam harmonizadas e que as infraestruturas ofereçam capacidade e sejam operadas de modo a garantir os fluxos físicos resultantes dos contratos comerciais. Os mesmos requisitos se aplicam ao Mibgás, que se encontra em construção.

Neste Seminário será analisada a situação actual e serão equacionados os requisitos para o funcionamento eficiente dos mercados da electricidade e do gás natural, num contexto liberalizado e num quadro legal e regulamentar que, simultaneamente, viabilize os investimentos necessários e proteja o interesse dos consumidores, em benefício da competitividade da economia nacional.

Para mais informações: [geral@apenergia.pt](mailto:geral@apenergia.pt) ou t: 20 797 23 54.

## “World Energy Issues Monitor”

O Conselho Mundial de Energia publicou o relatório anual “[World Energy Issues Monitor](#)” que traduz a percepção sobre os grandes temas relevantes para o sector energético, com base nos resultados de um questionário que foi submetido aos Presidentes dos comités nacionais dos mais de 90 países membros.

A análise incide sobre 36 tópicos energéticos, agrupados em riscos macro-económicos, geopolítica, ambiente de negócios e visão global da energia, e quantificados em três dimensões: impacto, incerteza e urgência. Os resultados são apresentados em âmbito mundial e, também, por região geográfica.

O gráfico que sintetiza as respostas relativas à Europa mostra, sem surpresa, como “incertezas críticas”: a eficiência, as renováveis, o nuclear, as redes inteligentes, o veículo eléctrico e o armazenamento de electricidade (visão global da energia); os subsídios e alterações na regulação (ambiente de negócio); o clima e o preço da energia e das matérias primas (riscos macro); e o Médio Oriente, a coesão da UE e o mercado de capitais (geopolítica).

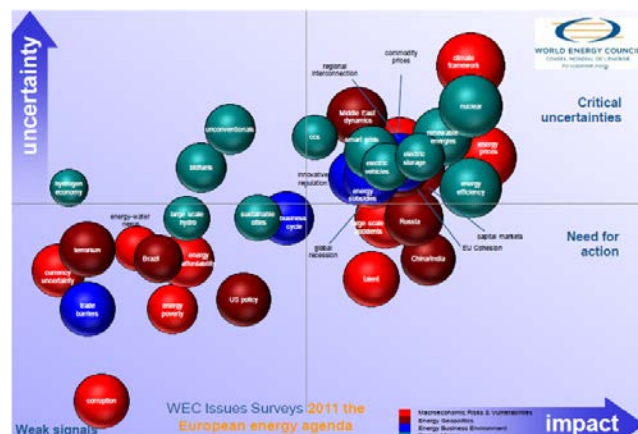


Figure 2.3. Europe – energy issues map 2011



## Ano Internacional da Energia Sustentável para Todos (ONU)

O Secretário Geral do CME reuniu com o Secretário Geral das Nações Unidas, e Nova Iorque, tendo-lhe entregue uma [missiva](#) em apoio à iniciativa “Ano Internacional da Energia Sustentável para Todos”, subscrita também pelo Eng. Cruz Morais, como presidente da Associação Portuguesa da Energia. Christoph Frei ofereceu a colaboração do CME para ajudar a alcançar os objectivos do roteiro das Nações Unidas para a energia e o desenvolvimento.

Na ocasião, Ban Ki-moon, que concordou em desenvolver a cooperação com o Conselho Mundial da Energia, foi convidado por Christoph Frei a falar no Congresso Mundial da Energia que se realiza em Daegu, Coreia, no próximo ano.

## EnergyLiveExpo

A primeira edição do salão EnergyLiveExpo - Energias Renováveis, Eficiência Energética, Climatização e Mobilidade Eléctrica, realizado entre 22 e 25 de março, no Centro de Congressos de Lisboa (AIP), reuniu mais de sessenta empresas e um total de dois mil profissionais.

A APE integrou a Comissão Organizadora, presidida por Nuno Ribeiro da Silva, CEO da nossa associada Endesa Portugal.

Neste evento foi distinguido o Professor Veiga Simão com o “Prémio Carreira”, pela notável e marcante actividade em Portugal e a nível internacional e pelo pioneirismo e visão que o destacaram ao longo da sua vida profissional.

Foram ainda distinguidas, na categoria Internacionalização a nossa associada Portucel Soporcel e, na categoria Inovação, o produto Telha Solar - SOLARTILES.

## Relatório World Energy Perspective: Fukushima

Um grupo de trabalho do CME produziu o relatório ‘[World Energy Perspective: Nuclear Energy One Year After Fukushima](#)’, constando que o acidente de Fukushima não conduziu a uma retracção significativa dos programas de energia nuclear, com excepção do Japão, Alemanha, Itália e Suíça.

Cerca de 50 países estão a operar, a construir ou a considerar a energia nuclear como uma parte do seu mix energético, encontrando-se em construção mais de 60 centrais nucleares, na sua maioria na China, Rússia, Índia e Coreia do Sul.

Mas o relatório realça a necessidade de reforçarem as normas de segurança e fiabilidade de operação e manutenção, relativamente a localização, formação e certificação, bem como as garantias de transparência, para permitir que esses padrões sejam verificados, propondo a criação de uma organização internacional com poderes de acreditação para a concepção de reactores.

## Linhas de Orientação para Revisão do PNAEE e PNAER Consulta Pública

Encontra-se [disponível para consulta pública](#), até ao próximo dia 29 de Junho, o documento de apoio à revisão dos Planos Nacionais de Acção para a Eficiência Energética (PNAEE) e para as Energias Renováveis (PNAER), enquadrado nas principais linhas de orientação da nova política para o sector energético.

Os comentários e observações sobre o mesmo poderão ser enviados para o endereço de correio eletrónico disponibilizado pela DGEG: [consulta publica2012@dgeg.pt](mailto:consulta publica2012@dgeg.pt).